

## Ministros esperam redução do desmatamento na Amazônia

Em depoimento na Subcomissão da Amazônia, Marina Silva promete "freio" na exploração predatória da região e Ciro Gomes anuncia obras de infra-estrutura que não causam prejuízos ao meio ambiente

José Cruz



**AUDIÊNCIA** Ciro Gomes (entre Aloizio Mercadante e Jefferson Péres) e Marina Silva chegam para depor na Subcomissão da Amazônia

Um programa que leve cada estado ao desenvolvimento sustentável e que, ao mesmo tempo, reduza o desmatamento. Esse é o desafio do Amazônia Sustentável, anunciado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na Subcomissão Permanente da Amazônia. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, coloca outro desafio para o governo: mostrar que infra-estrutura pode ser construída sem depredar os recursos naturais. Marina Silva pede rápida aprovação de projeto que combate a biopirataria.

Página 3

Célio Azevedo



**RESULTADOS** Na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Tebet, o governador cearense Lúcio Alcântara destaca equilíbrio fiscal obtido por seu estado

## Comissão aprova empréstimos para Ceará e Florianópolis

Página 6

## Estatuto da Igualdade tem parecer favorável

Pedido de vista transfere para a próxima semana exame do parecer de César Borges sobre projeto de Paulo Paim.

Página 8

## Educação debate projeto sobre biossegurança

Representantes de entidades e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente participaram da audiência.

Página 2

## Infra-Estrutura aceita nome indicado para a diretoria da ANP

Página 5



**SABATINA** José Jorge (C) preside reunião em que senadores ouviram Newton Monteiro (E), diretor da ANP

# Agenda

## Plenário vota MP que indeniza familiares de vítimas da ditadura

A medida provisória (MP 176/04) que autoriza indenizações às famílias de pessoas que foram assassinadas durante passeatas contra a ditadura militar, cometeram suicídio por terem sofrido maus-tratos no período ou morreram por conta de ferimentos adquiridos em decorrência de prisões políticas durante o regime continua trancando a pauta de votações da Casa. A MP volta a ser analisada hoje, a partir das 14h30.

## Senado assina protocolo de intenções com a Casa Civil

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, a coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Departamento de Biologia da

Universidade de São Paulo (USP), Mariana Zatz. Às 15h, Sarney participa, juntamente com o ministro-chefe da Casa Civil, da cerimônia de assinatura

do protocolo de intenções entre o Senado Federal e a Casa Civil e, às 19h30, comparece à formatura da 1ª turma de pós-graduação do Unilegis.

## CFC discute contaminação de águas

O processo de contaminação das águas e da desertificação na região de Vazante (MG) pela exploração subterrânea de zinco é novamente tema de debate na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), hoje, às 10h. Participam da reunião o biólogo Gustavo Martinelli e o representante da empresa CMM Votorantim, Paulo de Oliveira Mota Júnior, além de representantes do Ministério Público em Uberlândia e do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante.



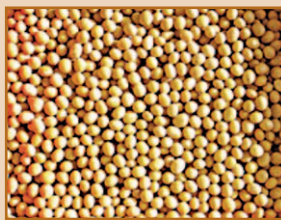
## Na CAS, o impacto ambiental da venda de pneus



A Comissão de Assuntos Sociais discute hoje, às 10h, projeto que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno. Entre os participantes da audiência pública estão o secretário da Saúde do Paraná, Cláudio Murilo Xavier, e os presidentes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Conama/MMA, Bertoldo Silva Costa, e da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (ABIP), Francisco Simeão.

## Educação volta a debater transgênicos

O projeto (PLC 9/04) que estabelece normas de segurança para os transgênicos e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB) será discutido hoje na Comissão de Educação (CE), às 10h. A reunião conta com a presença do pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Francisco José Lima Aragão, e da conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glaci T. Zancan.



## CCJ examina indicação para STF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota hoje, às 10h, a indicação de Eros Roberto Grau para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), vaga deixada por Maurício Corrêa. A CCJ analisa também projeto (PLS 6/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto do Portador de Deficiência.

## Livro sobre a Argélia

Será lançado hoje, às 18h30, na biblioteca do Senado, o livro *Argélia - Tradição e Modernidade*, do jornalista Ivan Godoy. A obra traz informações para a melhor compreensão de países árabes e africanos. O autor realizou reportagens em mais de 40 países da América, África do Norte e Oriente Médio.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**PREVENÇÃO** Presidida por Osmar Dias, a CE inicia série de audiências públicas destinadas a detalhar diversos aspectos da nova lei

## Educação debate a Lei de Biossegurança

A Comissão de Educação (CE) iniciou ontem a série de audiências públicas destinadas a aprofundar os debates em torno da nova Lei de Biossegurança. A matéria já foi aprovada pela Câmara e se encontra em tramitação no Senado. O projeto do Executivo (PLC 9/04) regulamenta a produção, manipulação e pesquisa de organismos geneticamente modificados (OGMs), ou transgênicos, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Para o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), autor do requerimento que resultou na audiência pública com representantes do governo e especialistas, a aprovação da lei é vital para que a área científica brasileira possa absorver a nova tecnologia que envolve os produtos transgênicos. Ele voltou a defender também a realização de debates em separado nas respectivas comissões técnicas, por entender que são assuntos distintos.

O secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luis Manuel Rebelo Fernandes, pediu aos senadores que preservem no projeto o

dispositivo que dá à CTNBio o direito de conceder parecer técnico e definitivo, ou seja, em caráter terminativo, sobre a comercialização e a segurança dos produtos transgênicos.

### Apoio

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, destacou que o projeto universaliza a tecnologia e chega a criar um fundo de apoio à pesquisa para os pequenos produtores. Leila Macedo Oda, presidente da Associação Nacional de Biossegurança (ANBio), concordou que a CTNBio deve ter a palavra final com relação à segurança na pesquisa e na comercialização de produtos transgênicos.

Getúlio Pernambuco, chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), disse que o plantio de sementes geneticamente modificadas reduz os custos e aumenta a produtividade.

Durante a audiência pública, senadores presentes à reunião, como Osmar Dias e Marco Maciel (PFL-PE), criticaram a demora nos pedidos de autorização para a pesquisa, que pode retardar, segundo eles, a aprovação de projetos científicos, colocando o Brasil a reboque no avanço tecnológico.

Já o senador Hélio Costa (PMDB-MG) quis saber qual o órgão que vai garantir se o produto é seguro ou não para o consumo humano, e se a CTNBio, no seu parecer final concedendo autorização para comercialização, também ouviria órgãos do governo ligados às áreas de saúde, agricultura e do meio ambiente.

Capobianco reconheceu que o tema é complexo e chegou a propor a criação da Agência de Biossegurança.

Hoje, a partir das 10h, a Comissão de Educação vai realizar a segunda audiência pública sobre organismos geneticamente modificados.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## AMAZÔNIA

Ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, debatem com senadores programa em elaboração pelo governo que reúne ações visando compatibilizar crescimento com proteção ambiental

## Preservação não impede desenvolvimento

Durante reunião ontem da Subcomissão Permanente da Amazônia, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou reiteradamente a intenção do governo federal de promover o desenvolvimento integrado da Amazônia. Em resposta a questionamentos feitos por senadores, a ministra enfatizou esse ponto como o principal objetivo para a região, e que deverá ser atingido com a instituição do Programa Amazônia Sustentável (PAS). Nos debates, ela e o ministro da Integração

Nacional, Ciro Gomes, falaram sobre a necessidade de diminuir o desmatamento e de promover o equilíbrio econômico e ecológico na região.

Com a iniciativa de organizar de maneira harmônica o PAS, Marina disse esperar que as estatísticas de desmatamento da região diminuam. No encerramento da audiência, a ministra entregou ao presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), o plano de combate ao desmatamento preparado pelo governo e propostas de leis a serem examinadas pelos parlamentares.

– O grande esforço é criar um programa que leve a cada um dos estados o desenvolvimento sustentável real. Mas o que quero mesmo é ver a curva do des-

matamento declinar. Os resultados nesse sentido serão fruto do esforço não só do governo federal, mas também dos governos estaduais e do Congresso – disse a ministra, em resposta a comentários do senador Sibá Machado (PT-AC).

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, afirmou que o grande objetivo do governo é chegar a um modelo para desenvolver a Amazônia de maneira sustentável. Com relação a questionamentos do senador João Capiberibe (PSB-AP), o ministro observou que o zoneamento econômico-ecológico será a forma de solucionar sérios problemas ecológicos da região.

Também em resposta a Capiberibe, Marina

Silva ressaltou que a plantação de soja na Amazônia se dá com um altíssimo custo ambiental e social. Primeiro a região é desflorestada para retirada de madeira, em seguida é usada para criação de gado e só depois vem a plantação de soja, explicou a ministra. “Estamos pondo um freio nesse processo”, declarou.

Sibá sugeriu a criação de uma rede de produção energética – utilizando o potencial hidroelétrico da Amazônia – interligando todos os estados da região. João Ribeiro (PFL-TO) pediu a inclusão do Tocantins no PAS e Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu a construção do gasoduto ligando Manaus a Porto Velho. A senadora Ana Julia Carepa (PT-PA) enfatizou que a Amazônia é solução para o Brasil e não proble-

ma, e o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu velocidade na recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Sobre a volta da Sudam, Ciro Gomes acredita que só vale a pena recriar o órgão se houver estrutura sólida de recursos para sua manutenção. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiaram a atuação dos ministros.



**DESAFIOS** Sob a presidência de Jefferson Péres (C), Marina Silva e Ciro Gomes participam de audiência sobre o desmatamento da Amazônia e a recriação da Sudam

### Marina pede apoio para aprovar lei de combate à biopirataria

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu ontem apoio aos integrantes da Subcomissão Permanente da Amazônia para ser aprovado com rapidez projeto de lei de sua autoria, atualmente em tramitação na Câmara, que disciplina o acesso aos recursos genéticos do país (PLS 306/95). Por falta de um instrumento legal, explicou a senadora licenciada, o governo tem à disposição apenas sanções administrativas para punir os responsáveis pela biopirataria.

– Quero pedir o apoio no combate à biopirataria, que não pode ser feito por meio de medida provisória. Só nos aeroportos já ocorreram mais de 2.500 apreensões, mas não temos como processar penalmente os responsáveis, e a certeza da impunidade leva à repetição do crime – alertou Marina.

De acordo com a ministra, o governo

tornou públicos os índices de desmatamento da Amazônia, por meio de convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A intenção da medida, explicou, é a de “criar um constrangimento ético em relação ao desmatamento, que não deve ser só do governo, mas também do Congresso, das empresas, das comunidades e de todos os que querem ver a situação mudar”.

Ainda durante a audiência na subcomissão, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros, anunciou a intenção do governo de criar unidades de conservação em 13 milhões de hectares. Ele citou o asfaltamento da rodovia BR-163 como demonstração de que a ação ambientalista do governo não se destina a criar obstáculos ao desenvolvimento.

### Governo faz obras sem depredar meio ambiente, diz Ciro Gomes

O governo está procurando superar a “tensão paralisante” entre desenvolvimentistas e preservacionistas na elaboração do plano de desenvolvimento da Amazônia, afirmou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Citando como exemplo o asfaltamento de rodovia entre Cuiabá (MT) e Santarém (PA), que definiu como “exercício prático” das novas orientações do governo, ele disse que a decisão sobre investimentos em obras de infraestrutura na região deverá considerar antecipadamente a legislação ambiental.

– Estamos tentando mostrar que não é verdade que a infraestrutura e o desenvolvimento importam, por definição, depredação de recursos naturais. Mas é preciso dizer que o Estado deixou de exercer a sua função de ordenamento da ocupação territorial e que a estrutu-

ra fundiária na região é uma verdadeira anarquia – ressaltou ele.

A criação de infra-estrutura para o desenvolvimento e o ordenamento territorial são, de acordo com o ministro, dois entre os cinco eixos temáticos do Programa Amazônia Sustentável, que será anunciado pelo governo e para cuja elaboração têm contribuído representantes de dez ministérios, sob a coordenação geral do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente.

Entre os objetivos do plano, segundo o ministro, estão ainda a produção sustentável, com estímulo à inovação e à competitividade; a inclusão social, numa região onde dois terços da população já vivem em cidades; e a busca de um novo padrão de financiamento dos investimentos produtivos.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**OBRIGAÇÃO** Para José Jorge, ministros devem ser cobrados pelas indicações que fazem

### José Jorge quer mais responsabilidade nas nomeações

Em nome do PFL, o senador José Jorge (PE) afirmou que os ministros têm grande responsabilidade na nomeação de seus assessores. O parlamentar referia-se à Operação Vampiro, desencadeada pela Polícia Federal, que chegou a Luiz Cláudio Gomes, indicado pelo ministro da Saúde, Humberto Costa. Para ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve zelar por uma gestão administrativa eficiente e ética, mas, em pouco tempo de governo, já apareceram muitos casos de denúncias envolvendo assessores ministeriais.

José Jorge relatou que, em Pernambuco, havia suspeitas em torno da atuação de Luiz Cláudio desde que ele assumiu cargos no estado e na capital. Conforme o senador, estranhou-se quando ele foi nomeado para cargo de tanta responsabilidade no Ministério da Saúde.



**DIVULGAÇÃO** Obra retrata as manifestações culturais da região, segundo João Ribeiro

### João Ribeiro elogia livro de fotógrafo sobre o Jalapão

O senador João Ribeiro (PFL-TO) exaltou o livro *Jalapão: Sertão das Águas*, do fotógrafo, arquiteto e ambientalista Miguel Von Behr, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

– Trata-se do Jalapão, na verdade um oásis divino que deslumbra a quem o conhece mesmo por fotografias, agora retratado nessa obra-prima que mistura de maneira harmônica a história da ocupação humana, as manifestações culturais e recursos naturais, tudo sob o ângulo de uma visão que aborda o meio ambiente de forma holística – observou o senador.

## Virgílio adverte para riscos da parceria público-privada

■ Conforme o senador, projeto provocará “aumento brutal” do endividamento público

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), advertiu o governo de que as parcerias público-privadas poderão significar “aumento brutal” do endividamento público e frustrar as expectativas em torno dos benefícios prometidos. Assim como na reforma tributária, disse, o PSDB estaria disposto a discutir o aperfeiçoamento do projeto (PLC 10/04), já aprovado na Câmara.

Conforme o senador, o déficit público pode aumentar porque o sistema de investimentos previsto no projeto atinge serviços e equipamentos, como



**SUGESTÕES** Virgílio anunciou que o PSDB quer discutir o aperfeiçoamento da proposta

metrô, que não teriam como ser viabilizados apenas com recursos públicos. No entanto, segundo Virgílio, haverá diferença entre o volume de recursos a serem arrecadados com a cobrança de tarifas e o devido ressarcimento aos investidores.

– Essa diferença terá de vir do aumento da dívida pública, em desrespeito à Lei de Responsa-

bilidade Fiscal e em prejuízo dos sucessores do presidente Lula – alertou Arthur Virgílio, apoiando-se em análise do economista Samuel Pessoa.

O senador discorda do projeto no que se refere à eliminação do risco para os investidores e sua transferência para a sociedade, “o que contrariaria a prática do verdadeiro sistema capitalista”. Ele também disse que vê com estranheza a transferência das decisões sobre as parcerias do Tesouro Nacional para um comitê gestor.

Com relação ao prazo das parcerias, o parlamentar anunciou que o PSDB propõe que seja de oito a 35 anos, contrariando o que estabelecem o projeto (cinco a 35 anos) e uma alternativa em discussão, de dois a 45 anos.

– Queremos algo que dure mais de uma legislatura.



**MUDANÇA** César Borges afirma que a partir de agora só promessa viável poderá ser feita

### Desilusão com PT tornou eleitor mais rígido, diz César Borges

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou que, depois “da frustração do povo com o PT no poder federal”, os eleitores exigirão nas eleições municipais de outubro que os candidatos só façam promessas que possam cumprir. Para ele, o desgaste dos políticos chegou ao máximo com a eleição de um presidente da República que chegou ao poder prometendo criar 10 milhões de empregos e dobrar o poder de compra do salário mínimo.

– A população percebeu que foi enganada pela má-fé das pretensões mágicas e quer esterilizar a palavra fácil. Essa reação está partindo dos próprios eleitores. Espero em outubro eleições sem baixarias e sem promessas irrealizáveis.

César Borges disse que o PT contribuiu para o desgaste da palavra dos políticos. Para ele, o trabalho petista era de sabotagem a quem estivesse no poder.

– Quem não lembra que o PT foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, contra a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] para financiar a saúde? Quem não viu a foto do PT comemorando, em 2000, com indisfarçável sorriso, o salário que o governo Fernando Henrique deu aos trabalhadores? Pois agora eles dão um aumento insignificante para o salário mínimo.

## Para Antonio Carlos, Lula formou seu governo com derrotados nas eleições

Após analisar ministros, técnicos de segundo escalão e dirigentes de estatais nomeados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que esse é “um governo de derrotados”.

– Ao petista ou aliado que perde eleições, o pior que pode acontecer é virar ministro, em flagrante desrespeito à vontade do eleitor.

Antonio Carlos salientou que o ministro da Saúde, Humberto Costa, perdeu a eleição e teve como prêmio o Ministério da Saúde.

Sobre o ministro Jaques Wagner, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, disse: “Ele perdeu a eleição na Bahia logo no primeiro turno,



**CRÍTICA ACM:** “Ao petista que perde eleição, o pior que pode acontecer é virar ministro”

foi premiado com o Ministério do Trabalho e agora está nesse conselho, que não vale nada mesmo”. José Fritsch, ministro da Pesca, “é outro derrotado”, e Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário, “perdeu a eleição de vice-governador”.

O senador citou o secretário

de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, a quem classificou também como derrotado em Minas. “Não digo que o ministro da Educação, Tarso Genro, não tenha o seu valor. Mas é um homem marcado ideologicamente e derrotado.” E prosseguiu: “Chegamos a Waldir Pires, da Controladoria Geral da República. O controle dele deve ser remoto, porque funciona muito mal e sempre atrasado. Olívio Dutra é outro derrotado”.

O senador elogiou o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, mas, acrescentou, “é um derrotado em Sergipe”. E criticou as indicações de Tilden Santiago, para a Embaixada do Brasil em Cuba; Jair Menequelli, para o Sesi; e Sérgio Machado, para a Transpetro.

## Valadares cobra solução para hospitais universitários

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou a forma de repasse de verbas aos hospitais universitários. Ele lembrou que a crise no setor afeta 114 dos 150 hospitais de ensino, que acumulam uma dívida de R\$ 320 milhões. O único hospital universitário da capital federal, disse, fechou as portas por não conseguir pagar aos fornecedores. Em seu entendimento, a solução está na

abolição do atual modelo de financiamento e na adoção do tratamento dado hoje aos hospitais militares.

– O modelo que os tecnocratas inventaram para repasse de verbas públicas a esses hospitais é uma aberração. Primeiro, eles não possuem verba nem dotação orçamentária fixa, como os hospitais militares possuem. Segundo, o governo remunera por procedimento médico

usando uma tabela que funciona como uma espécie de redutor do repasse de verbas, já que não sofre atualização nem diante da inflação, nem do câmbio, apesar dos equipamentos hospitalares serem importados em dólar.

Para Valadares, os hospitais universitários constituem hoje a porta de acesso da população em geral a tratamentos de alta complexidade.



**SOLUÇÃO** Valadares defende novo modelo de repasse de verbas aos hospitais de ensino

Germão Margela



APREÇO Maurício Corrêa e d. Alda (C) são recebidos por Sarney e d. Marly

## Sarney oferece jantar em homenagem a Maurício Corrêa

O presidente do Senado, José Sarney, ofereceu ontem jantar em homenagem ao ex-ministro Maurício Corrêa, que no último dia 7 se despediu do Supremo Tribunal Federal (STF) em razão de ter atingido idade para aposentadoria compulsória.

Sarney destacou as parcerias entre o Senado e o Supremo, durante o mandato de Maurício Corrêa, que

resultaram na edição de obras célebres e no treinamento de recursos humanos. "Ele está aqui coroando sua vida de grandes serviços prestados ao país", completou.

Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no DF, ex-senador, ex-ministro da Justiça e ex-presidente do STF, Corrêa foi homenageado em jantar a que compareceram

senadores, líderes partidários e ministros do STF. Dona Marly Sarney, mulher do presidente do Senado, também recepcionou os convidados, entre eles, Alda Gontijo Corrêa, esposa do homenageado.

Corrêa participou da Constituinte instalada em 1987 e foi ministro da Justiça de 1992 a 1994, quando assumiu o cargo de ministro do STF.

## Maciel registra posse de secretária-geral da OTCA

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou a posse da equatoriana Rosalía Arteaga como secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), ocorrida em Brasília, no último dia 5. Firmado em julho de 1978, o tratado foi criado para promover a cooperação entre os países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela).

Rosalía Arteaga tem formação em Ciências Políticas e Sociais e Jornalismo, e é autora de livros de contos, poesia e ensaios. Ela também foi ministra de Educação e Cultura e vice-presidente do Equador e assumiu por dois dias a Presidência do país em fevereiro de 1997, após a destituição de Abdala Bucaram, sendo substituída pelo presidente do Congresso.

Em seu discurso de posse, ressaltou Maciel, Rosalía Arteaga afirmou que os países amazônicos deveriam enfrentar conjuntamente os desafios da região.

Roosevelt Pinheiro



UNIÃO Maciel destaca discurso de Rosalía Arteaga em defesa da integração dos países amazônicos

# Mercadante aplaude visão estratégica de China e Brasil

■ Ele diz que economias dos dois países são complementares também no campo da energia nuclear

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), aplaudiu a visão estratégica do Brasil e da China de negociarem um acordo de cooperação nuclear. Segundo ele, também nesse campo as economias dos dois países são complementares, com o Brasil sendo grande produtor de urânio e a China dominando a tecnologia de ponta no setor.

Mercadante assinalou que a cooperação se dará, exclusivamente, no terreno dos usos pacíficos da energia nuclear. Ele lembrou que esse compromi-

Roosevelt Pinheiro



COMPROMISSO Cooperação se refere ao uso pacífico da energia nuclear, destaca Mercadante

so consta até da Constituição brasileira, sendo o país signatário dos Tratados de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e do Tratado de Tlatelolco (México), que exigem renúncia total e completa a qualquer utilização bélica da energia nuclear.

Em função desses compromissos, Mercadante disse es-

tranhar que alguns setores da oposição estejam criticando o acordo de cooperação nuclear com a China. Ele assinalou que o Brasil já assinou acordos desse tipo com Chile, Argentina, França, Itália e Estados Unidos.

Segundo Mercadante, a posição do Brasil no mundo exige que o país amplie e diversifique sua cooperação com todos os países. Em relação à China, é grande o leque de oportunidades, observou.

O líder garantiu que o estreitamento de laços com a China não significa conflito com as relações privilegiadas que o Brasil mantém com os Estados Unidos, maior investidor e parceiro comercial. Para ele, relações mais estreitas com a China irão se somar, harmonicamente, ao fluxo de negócios que o Brasil mantém com as demais nações.

## Para Jefferson, o país não pode abandonar princípios

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem que o Brasil pode ter uma política externa de resultados sem abandonar seus princípios e que a política externa do atual governo, como também a dos que o antecederam, "continua sendo uma política de amoralidade".

O senador citou manchetes de jornais que destacam a ausência de críticas do governo brasileiro aos direitos humanos na China, como também à situação do Tibete, país ocu-

pado pelo governo chinês desde 1949.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem condenado a China por violações de direitos humanos que ocorrem diariamente, informou o senador, acrescentando que há 41 jornalistas presos naquele país. Lula, observou o senador, é oriundo do movimento sindical, mas na China não há sindicatos.

Jefferson Péres citou relato de brasileiro que, em fábrica chinesa, perguntou por que ne-

Roosevelt Pinheiro



SILÊNCIO Jefferson lamenta que Lula ignore violação de direitos humanos na China

nhum dos funcionários usava óculos. Como resposta, ouviu a informação de que quem apresentava deficiência visual era logo demitido.



Roosevelt Pinheiro

PESQUISA Salário estabelecido por Vargas corresponde hoje a R\$ 600, observa Mão Santa

## Mão Santa critica viagem e valor do salário mínimo

O senador Mão Santa (PMDB-PI) classificou a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China como "ignorância audaciosa" e disse que, enquanto ele vai ao outro lado do mundo, o país está aqui, "paradão". Mão Santa criticou a proposta de salário mínimo do governo, afirmando que, se o Senado aprová-la, "será o dia mais triste da minha vida, como foi o dia mais triste de Petrônio Portella o fechamento do Congresso Nacional em 1977". Ele se referia à decretação do chamado Pacote de Abril pelo presidente Ernesto Geisel, em abril de 1977, com o pretexto de que a proposta de reforma da magistratura havia sido rejeitada.

Mão Santa assinalou que pediu que pesquisassem na Fundação Getúlio Vargas de quanto seria hoje o salário mínimo, caso a proporção de aumentos desde o governo Getúlio Vargas fosse mantida. "Seria um salário mínimo de R\$ 600", garantiu o senador.

## Comissão aprova diretor para ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, com 18 votos sim e uma abstenção, a recondução de Newton Reis Monteiro para uma das diretorias da Agência Nacional do Petróleo (ANP). De junho de 2002 a janeiro deste ano ele esteve à frente

da diretoria técnica de Exploração e Produção de Petróleo e Participações Governamentais. A indicação passará ainda pelo exame do Plenário.

Durante a sabatina, Monteiro foi questionado sobre a abertura dos chamados poços maduros de petróleo, atualmente sob o comando da

Petrobras, para pequenas e médias empresas da iniciativa privada. Para José Jorge (PFL-PE), presidente da CI, esse seria um dos principais projetos a serem realizados na área para fomentar o desenvolvimento econômico e social do país. Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-

PB) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também manifestaram apoio à idéia. Já o senador José Maranhão (PMDB-PB) cobrou estudos da Petrobras sobre a viabilidade da bacia petrolífera da Paraíba. Monteiro explicou que o tema é complexo e exige tempo para conclusão.

## Votação do PPP é adiada para terça-feira

Por decisão do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), foi adiada para a próxima terça-feira, às 10h, a análise do relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre o projeto de lei que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública. Já analisada pela Câmara e, no Senado, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a matéria precisa agora ser apreciada pela CAE antes de seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na reunião anterior, o relator do projeto (PLC 10/04) leu o parecer, que conclui por um substitutivo, mas o prazo foi alongado a fim de que os membros da CAE pudessem apresentar emendas. Para que Raupp tenha tempo de examinar as emendas, Ramez Tebet pediu que os senadores se esforcem para apresentar suas sugestões, no máximo, até amanhã.

## Tarifa aérea será discutida amanhã

A audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a decisão do Departamento de Aviação Civil (DAC) de suspender a promoção da Gol, que reduzia a R\$ 50 as passagens para 27 localidades nacionais, e também as campanhas promocionais da TAM, Varig e Vasp, será realizada amanhã, às 10h, informou Ramez Tebet (PMDB-MS).

O requerimento do senador Paulo Octávio (PFL-DF), aprovado na semana passada, prevê a participação do ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, do chefe do DAC, do major brigadeiro-do-ar Washington Machado, além dos presidentes das companhias aéreas que fizeram as promoções.

### Cade

Foi adiada a sabatina do economista Luis Fernando Rigato Vasconcellos, indicado para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Tebet explicou que o indicado compareceu ontem à comissão, mas teve que se retirar por motivos de saúde. Ele poderá ser sabatinado na próxima terça-feira.

# Comissão aprova empréstimo para serviços de saneamento no Ceará

Recursos, no valor de US\$ 100 milhões, vão beneficiar sistema de água e esgoto de 31 cidades do estado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável a autorização para o Ceará contratar empréstimo externo no valor de US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos – que serão investidos na segunda etapa do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Ceará (Sanear II) – vão ampliar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de 31 cidades cearenses. A matéria segue agora para votação em Plenário, na forma de pro-



**AUSTERIDADE** Governador Lúcio Alcântara (E), ao lado de Ramez Tebet e Luiz Otávio, destaca equilíbrio fiscal obtido pelo estado

jecto de resolução, com requerimento de urgência sugerido pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Presente à reunião, o governador Lúcio Alcântara informou, em resposta ao senador Eduar-

do Suplicy (PT-SP), que o Ceará vem respeitando a austeridade e o equilíbrio fiscal, o que dá margem para que o estado possa obter crédito e investir em obras que possam melhorar a qualidade de vida da população.



**VOTAÇÃO** Senadores da CAE acolheram ontem dois pedidos de autorização para operações externas

## Florianópolis deve tomar crédito externo destinado a obras urbanas

Pedido de autorização para empréstimo de até US\$ 22,4 milhões a ser concedido pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), e destinado a financiar parcialmente obras de infra-estrutura e de serviços urbanos em Florianópolis, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e vai à deliberação do Plenário.

Na presença da prefeita da capital catarinense, Ângela Amin (PP), que chorou ao agradecer aos senadores da CAE a aprovação, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou que o Fonplata mostra estar engajado no esforço que o go-

verno federal vem fazendo para integrar os três principais organismos de financiamento do continente e dar sustentabilidade ao desenvolvimento da América Latina. Os outros dois, segundo Ideli, são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

A líder do PT disse que havia uma série de dúvidas e preocupações da comunidade de Florianópolis em relação ao programa de infra-estrutura e de serviços urbanos da cidade. A prefeita da capital catarinense esclareceu à senadora que se encontra na fase final a análise do impacto ambiental das

obras de construção da via costeira beira-mar continental para elaboração do respectivo relatório.

O empréstimo recebeu apoio de vários senadores, como Jorge Bornhausen (PFL-SC), Leonel Pavan (PSDB-SC), César Borges (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS), e parecer favorável de Delcídio Amaral (PT-MS), lido por Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ângela Amin garantiu que entregará a prefeitura com indicadores sociais e de desenvolvimento humano melhores do que os que encontrou ao assumir o cargo. Segundo ela, a rede educacional infantil foi ampliada em 56% na sua administração.

– O estado está em perfeitas condições financeiras para assumir esse encargo, pois possui uma das melhores capacidades de endividamento – afirmou o governador, que renovou convite a Suplicy para visitar as iniciativas sociais do estado nos municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Ceará.

Antecessor de Alcântara no governo do estado, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) declarou que o Ceará estaria enquadrado em todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal há 16 anos.

– O Ceará é um estado exemplar, sem dívidas a renegociar. A sua relação dívida-receita é um terço menor que a da cidade de São Paulo. Se tivesse uma situação como essa, o estado teria problemas sérios para ter seu empréstimo aprovado – frisou Jereissati.

## Galeria da CAE recebe retrato de Lúcio Alcântara

O ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e atual governador do Ceará, Lúcio Alcântara (PSDB), foi homenageado na manhã de ontem com o descerramento de seu retrato na galeria dos presidentes da comissão.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), lembrou os serviços prestados por Alcântara à frente da comissão, qualificando a sua atuação como “competente e digna”. Tebet se disse honrado por suceder a Alcântara na presidência da CAE, já que comunga com seu antecessor do sentimento de dar o melhor de si pelo Brasil.

Alcântara se declarou emocionado com a homenagem diante de seus amigos e companheiros. Ele recordou que nos oito anos que esteve no Senado participou de duas comissões, a CAE e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A foto de Alcântara é a 39ª aposta na galeria dos presidentes da CAE, onde figuram as dos ex-senadores Roberto Campos, Marcos Freire, José Richa e Severo Gomes, e dos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Ney Suassuna, entre outros.



**REGULAMENTAÇÃO** Simon afirma que lei já passou por dez ministros da Justiça

## Simon quer implantação de identidade única no país

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez apelo ao governo federal para que implante a Lei do Registro Único de Identidade, aprovada e sancionada pelo presidente da República há dez anos e que até hoje não foi regulamentada. O apelo, explicou o senador, foi motivado pela notícia de que o Ministério da Justiça formou um grupo de estudos para, junto com outros ministérios, criar uma carteira de identidade única em todo o país.

Simon lembrou que a Lei 9.454/97 já foi vista por diversos grupos de estudos e análise criados pelo governo, "sem que houvesse progresso algum", lamentou, dizendo que a lei também já passou por dez ministros da Justiça, em dois governos, num período de sete anos.

O senador gaúcho citou ainda correspondência que enviou ao ministro Márcio Thomaz Bastos, no ano passado, alertando para a falta de regulamentação da lei e apontando que o documento único já é uma exigência do ponto de vista da segurança pública.

– O ministro criou um grupo de estudos e teve a gentileza de me procurar para mostrar o resultado desse estudo. Pelo que foi apurado, seria necessário refazer todas as carteiras de identidade, o que custaria uma fortuna. Para o volume de trabalho, apenas uma empresa alemã teria condições de vencer uma concorrência. O ministro extinguiu a comissão, e de lá para cá nada mais foi feito – comentou.

Simon contou que a regulamentação está pronta e que enviou carta ao presidente da República, que foi respondida por "um assessor do assessor do assessor da Casa Civil", informando que a carta foi encaminhada ao órgão competente, "que eu não sei qual é".

# Crivella: parte do superávit pode reajustar o mínimo

■ Senador sugere que sobra poderia socorrer Previdência e prefeituras mais pobres do país

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) propôs que o governo destine à Previdência Social e às prefeituras mais pobres "uma pequena parcela" do superávit primário das contas federais, usado para pagar juros da dívida pública, para que elas suportem bancar um salário mínimo de pelo menos R\$ 300. Como os investidores em títulos públicos não exigem pagamento dos juros em dinheiro, mas sim em novos títulos públicos, o governo poderia usar parte do superávit no salário mínimo em programas sociais e em investimentos.

– Não estou preparado para votar o salário mínimo de R\$ 260 do governo. Já não acredito



**ANÁLISE** Crivella propõe que problema do aumento salarial seja resolvido pela via fiscal

to que é preciso sacrifícios para que mais tarde tenhamos bons momentos. Os brasileiros não agüentam mais uma década de sacrifícios – afirmou Crivella.

Ele analisou os quatro problemas levantados pelo governo para evitar a concessão de aumentos reais elevados para o salário mínimo. O primeiro é a Previdência Social, que paga o mínimo a mais de 13 milhões de aposentados. A Previdência poderia ser socorrida pelo dinheiro do superávit primário. O

segundo é a possibilidade de demissões de empregados domésticos, porque a classe média enfrenta achatamento salarial. O senador acredita que os gastos com domésticos possam ser abatidos na declaração de rendimentos.

### Prefeituras

O terceiro empecilho, na opinião de Crivella, são os gastos das prefeituras. Ele sugeriu o repasse de recursos do superávit primário. Finalmente, o quarto argumento: o impacto sobre o comércio e a indústria. Nesse caso, o senador disse acreditar que não haverá repasse para os preços, por causa do desemprego e da capacidade ociosa da indústria.

– Então, se o problema do salário mínimo é fiscal, vamos enfrentá-lo pelo lado fiscal, o lado do superávit primário. O presidente Lula ainda não completou a metade de seu mandato e pode mudar sua política – assinalou.

## Pavan: governo tem folga para dar aumento

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu ontem o aumento do salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 275. Medida provisória baixada pelo governo, e que em breve será examinada pelo Senado, estabelece aumento do mínimo para R\$ 260.

Pavan encaminhou proposta que acrescenta R\$ 15 ao reajuste fixado pelo governo, certo de que a União, os estados e os municípios podem arcar com o mínimo de R\$ 275, ao contrário do que afirma o Executivo. Pavan disse que os números apresentados pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, de que só há R\$ 3 bilhões de sobra para a concessão do reajuste, não estão corretos. Cálculos apresentados pelo senador dariam conta de um superávit



**DIEESE** Pavan diz que mínimo deveria estar em R\$ 1,4 mil, pelos cálculos do instituto

de R\$ 6 bilhões.

Pavan ressaltou que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o mínimo deveria estar em torno de R\$ 1,4 mil para atender às necessidades de quem o recebe, de acordo com o que de-

termina a Constituição. Embora o próprio Pavan considere esse valor "inviável", observou que é uma mesquinha a discussão em torno de R\$ 20.

### Desemprego

O senador também cobrou do governo providências urgentes para reduzir os índices de desemprego no país. E salientou que a população está frustrada com o recente recorde de 13,1% de desempregados na população economicamente ativa, em abril, nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil.

– Em todos os cantos do país, encontramos gente arrependida de seu voto, especialmente os que acreditaram na criação de 10 milhões de empregos – afirmou.

## Garibaldi pede duplicação de rodovia no Nordeste

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – foto – pediu ao governo que aumente um trecho de 320 quilômetros da BR-101 que vai de Parnamirim (RN) a Palmares (AL), onde há tráfego intenso de veículos que demandam quatro estados nordestinos – Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Além de beneficiar o transporte de cargas, também será importante

para o turismo do Nordeste.

– A duplicação está orçada em R\$ 1,2 bilhão e, se considerarmos o custo-benefício, o benefício superará em muito o custo – disse.

Garibaldi informou que participará da bancada de senadores e deputados federais que terá hoje audiência com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para pedir a duplicação.



**INCENTIVO** Maguito destaca recrutamento de soldados e programa Primeiro Emprego

## Maguito elogia medidas para reduzir o desemprego

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou ontem duas medidas anunciadas pelo governo no sentido de reduzir o desemprego entre os jovens. A primeira delas é a determinação de usar as Forças Armadas no recrutamento e qualificação de rapazes com 18 anos. A segunda refere-se ao fato de o Ministério do Trabalho reformular o programa Primeiro Emprego.

De acordo com o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o aumento de 50 mil para 100 mil no número de recrutas que servirão as Forças Armadas, que poderão ter acesso aos cursos profissionalizantes oferecidos nos quartéis, facilitando o ingresso no mercado de trabalho. O projeto será concentrado nos grandes centros urbanos, em que o desemprego é maior e onde a violência e o narcotráfico têm mais poder de influência sobre os adolescentes.

Maguito destacou que a ideia do governo é unir a estrutura física das Forças Armadas à experiência de entidades como Sesi, Senai, Sebrae e Sesc na formação de jovens. O senador, que serviu no Batalhão da Guarda Presidencial, em Brasília, ressaltou o alcance da medida na formação do cidadão.

Quanto ao programa Primeiro Emprego, Maguito disse que o projeto gera postos de trabalho para os jovens que, por falta de experiência, encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Paralelamente, muitas obras permitirão que o governo abra frentes de trabalho em várias regiões do país, acrescentou o parlamentar.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou Maguito Vilela por assinalar os acertos do governo Lula.

# Estatuto da Igualdade recebe parecer favorável

**Pedido de vista adia para a próxima semana votação do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos**

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de ontem, o relator do projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial, senador César Borges (PFL-BA), apresentou relatório favorável ao projeto (PLS 213/03), com cinco emendas, a maioria de redação. Porém, pedido de vista do senador Almeida Lima (PDT-SE) adiou para a próxima semana a discussão do projeto.

Para o relator, o país tarda no

enfrentamento do assunto. Entre outros temas, o projeto de Paim estabelece cotas para promoção social dos afro-descendentes. No caso de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) do governo federal, Paim propõe que 20% das vagas sejam destinadas a afro-descendentes, percentual que deve crescer gradualmente.

Da mesma maneira, a proposta estipula que 20% das vagas em concursos públicos devem ser destinadas a afro-brasileiros, assim como em relação a aparições de profissionais de comunicação e artistas nos meios de comunicação de massa. Quanto a candidatos a eleições, Paim pede que 30% das vagas dos partidos políticos sejam destinadas aos descendentes

de negros.

## Doenças

O projeto dedica atenção ainda ao tratamento a ser dado a doenças que afetam principalmente pessoas negras, assim como a questão das terras para as comunidades remanescentes de quilombos. A proposta também inclui a possibilidade de concessão de incentivos a empresas privadas que façam políticas de inclusão racial. Na esfera governamental, o projeto determina a criação de ouvidorias permanentes para denúncias de crimes raciais e de varas especiais no Poder Judiciário para questões raciais.

Presente à CAE, Paim disse que o projeto inclui o que há de melhor na legislação no que diz respeito à comunidade negra.

## Aprovação era esperada por todos, afirma Paulo Paim

Ao lembrar que 25 de maio é o Dia da África, o senador Paulo Paim afirmou ontem que havia grande expectativa em todo o Brasil para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovasse seu projeto de Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03). Ele agradeceu a todos os partidos que contribuíram para a tramitação da iniciativa, cuja votação foi adiada em razão de pedido de vista. Paim lembrou dificuldades na tramitação de projetos que envolvem a questão racial.

O parlamentar contou que, numa votação semelhante, tinha conseguido a promessa de Luís Eduardo Magalhães, então presidente da Câmara, de que,

se nenhum deputado obstruísse, colocaria a matéria em votação. De acordo com Paim, infelizmente houve um deputado negro que pediu verificação de quórum e impediu a decisão.

– E no dia de hoje, quando havíamos já acertado a votação de estatuto tão importante, um tema delicado mas debatido há mais de cinco anos na Câmara e há dois anos no Senado, não pudemos votar. E hoje, quando havia a expectativa da comunidade negra de todo o país, por ser o Dia da África, o projeto não foi aprovado.

Paim disse entender as razões de Almeida Lima e ter certeza de que o projeto poderá ser votado na próxima terça-feira.

Genildo Magalhães



**EXPECTATIVA** Paim diz ter certeza de que projeto será votado na próxima terça-feira

Também informou já ter comunicado aos que estavam na expectativa de aprovação do estatuto que conhece a seriedade do parlamentar de Sergipe e sua capacidade de colaborar com um projeto que teve significativa ajuda do PDT. Em aparte, Almeida Lima informou que pediu vista do projeto para colaborar no aprofundamento de sua discussão.

## CPI do Banestado deve atuar por mais 180 dias

Durante a reunião administrativa de ontem da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, o relator, deputado José Mentor (PT-SP), informou que já foi feito o pedido de prorrogação da CPI por mais 180 dias, a partir de 13 de junho (não são computados os dias do recesso parlamentar de julho). O número de assinaturas, acrescentou o relator, já é suficien-

te para a aprovação do prazo adicional, bastando para isso a leitura do requerimento em sessão do Congresso Nacional.

Foram aprovados requerimentos de quebra de sigilo telefônico, bancário e postal de pessoas físicas e jurídicas que ajudarão na investigação da remessa ilegal de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior, por meio das chamadas contas

CC-5, destinadas a brasileiros que residem no exterior e empresas com sede no exterior. Foram sugeridas ainda reuniões para discutir a regulamentação e a autonomia do Banco Central.

Mentor informou que serão realizadas diligências hoje e sexta-feira em Curitiba, para audiência de depoentes já aprovados. Na próxima semana, a CPI estará em Manaus.



**CORREÇÃO** Plano valoriza categoria que presta relevantes serviços, lembra Romeu Tuma

## Tuma defende execução do plano especial de cargos da PF

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu ontem que o governo implemente o plano especial de cargos da Polícia Federal, de acordo com projeto da categoria que se encontra no Ministério da Justiça. Ele disse que a Lei 10.682/03 atendia às peculiaridades das funções desenvolvidas pelos servidores de apoio logístico da PF, no qual foi criado o plano especial. Mas informou que foi mantida a mesma política remuneratória porque não havia dotação orçamentária.

– Naquela oportunidade hou-

ve um compromisso de que o governo, tão logo tivesse condições, iria contemplar aquela categoria funcional com gratificações, reconhecendo, dessa forma, o trabalho desenvolvido por esses servidores – afirmou o senador, acrescentando que o Departamento de Polícia Federal já encaminhou ao Ministério da Justiça a proposta orçamentária.

Romeu Tuma ressaltou a justiça da reivindicação dos policiais federais e disse que seu atendimento vai corrigir uma distorção do serviço público, de forma a valorizar uma categoria de servidores que vem prestando relevantes serviços ao país, destacando o combate à corrupção, exemplificado pela Operação Vampiro.

Em seu discurso, Tuma, que é 1º secretário do Senado, cumprimentou também o Sistema Integrado de Saúde (SIS), dirigido por Fábio Rezende, que presta assistência aos servidores do Senado. O SIS foi reconhecido pelos hospitais de Brasília como o melhor plano de saúde não comercial.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que Tuma trata os problemas da segurança pública com a autoridade advinda de sua experiência na Polícia Federal.

## Demostenes alerta para discriminação do uso de drogas

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) alertou ontem para o que chamou de “discriminação indireta” do uso de drogas no Brasil. Ele defendeu a modificação do projeto de lei (denominado Lei Antidrogas), aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramitando no Senado (PLS 115/02), que acata antigo entendimento da sociologia criminal de que o Estado deve consentir o consumo de entorpecentes e se dedicar ao combate ao narcotráfico.

Demostenes lembrou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, declarou no Senado que a vontade do governo era de liberação explícita do consumo de drogas, mas, para não chocar a sociedade, preferiu-se a criação de um subterfúgio, “com disfarce das intenções”.

– Para conseguir escamotear a autorização do uso de drogas



**CRÍTICA** Segundo Demostenes Torres, Ministério da Justiça está utilizando subterfúgio

no Brasil, o Ministério da Justiça moldou a esdrúxula figura jurídica do crime sem pena. Ou seja, depois de sancionado e publicado o novo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), portar e cultivar substância entorpecente para o uso próprio continua sendo uma conduta formalmente criminosa, mas sem a correspondente pena da perda da liberdade. Pilhado em flagrante pela autoridade policial, o usuário ficará submetido à advertência, à prestação de serviço à comunidade e ao comparecimento a programa educativo – explicou Demostenes Torres.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Heráclito Fortes e Mão Santa